



Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria Geral

Departamento Geral de Administração

PORTUGAL

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012

novembro 2011



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	2
II	Políticas	2
II.1	Medidas de Política em 2012	3
I.1.1	Reforçar a Diplomacia Económica	3
I.1.2	Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais	4
I.1.3	Valorizar as Comunidades Portuguesas	6
II.2	Reorganização do Ministério	7
II.3	Medidas de Redução de Despesa em 2012	7
III	Despesa Consolidada	8
IV	Orçamento Global	10
IV.1	Orçamento de Funcionamento	10
IV.2	PIDDAC	13
V	Despesas por Classificação Económica	15
V.1	Despesas Intermédias	16
VI	Evolução das despesas do MNE	17
VII	Rede Externa	18
VIII	Recursos Humanos	20



I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2012, seguindo o modelo utilizado em anos anteriores.

II POLÍTICAS

A política externa deve orientar-se para o reforço do prestígio internacional e para o fomento da atividade económica com o exterior, potenciando as nossas exportações, apoiando a internacionalização das nossas empresas e a captação de mais investimento direto estrangeiro.

Esta visão do que deve ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros não dispensa outras competências que tradicionalmente lhe estão atribuídas, e que neste cenário de dificuldades ganham uma nova importância:

- Uma política europeia competente e credível, que na situação nacional atual e num cenário de desafios comuns e de soberania partilhada, é o espaço de ação essencial;
- Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante;
- Afirmar a nossa lealdade à aliança atlântica, no compromisso pela segurança e estabilidade internacional, assim como a defesa perante as novas ameaças;
- Ter em especial atenção o exercício do mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reforçando a imagem do País como um Estado empenhado na paz e na resolução dos conflitos internacionais;
- Acompanhar de forma empenhada as mudanças no Magrebe, o processo de paz do Médio Oriente e o esforço de diálogo e cooperação na região do mediterrâneo;
- Revalorizar as comunidades de portugueses, residentes no estrangeiro, tanto as tradicionais como as mais recentes, que representam um valor estratégico da maior importância para Portugal, nas componentes financeira, económica, cultural, social e política.



II.1 Medidas de Política em 2012

I.1.1 Reforçar a Diplomacia Económica

Um dos principais eixos de ação da política externa portuguesa deve ser a criação de condições favoráveis para o crescimento e desenvolvimento económico do País, ligando o mais estreitamente possível a política externa com a política interna, especialmente no que diz respeito aos objetivos de internacionalização da economia, promoção das exportações e da «Marca Portugal» e captação de investimento estrangeiro.

Para este efeito pretende-se promover a coordenação integrada da AICEP, E.P.E. com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente através da unificação das redes externas, com o reforço do papel dos chefes das missões diplomáticas de quem passarão a depender funcionalmente as equipas externas da AICEP, E.P.E., do Turismo de Portugal, I.P. e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Nesse sentido, queremos:

- i) Reforçar a aposta nos países com maior potencial de incremento das exportações e atração de investimento direto estrangeiro;
- ii) Contribuir para reforçar a internacionalização e a competitividade das empresas, assegurando uma ação coordenada com as estruturas empresariais privadas nos mercados externos; desburocratizar a vida das empresas que atuam no exterior e dos investidores estrangeiros em Portugal;
- iii) Intervir no sentido de eliminar os casos de dupla tributação que ainda se verificam.
- iv) Estimular as grandes empresas portuguesas no sentido de envolverem PME portuguesas na sua internacionalização;
- v) Apoiar a formação de consórcios de empresas e de redes integradas de cadeia de valor;
- vi) Relançar a «Marca Portugal» enquanto símbolo de qualidade, das empresas, marcas e produtos portugueses no estrangeiro;
- vii) Fomentar e reforçar as parcerias entre empresários portugueses residentes e não residentes e também o investimento dos não residentes no país;



- viii) Promover a ação de câmaras de comércio portuguesas e outras estruturas empresariais nos países de residência e a sua articulação nacional.

I.1.2 Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais

Para reforçar a afirmação de Portugal no contexto europeu e no relacionamento da Europa com os seus espaços de cooperação natural, o Governo irá:

- i) Defender a credibilidade e a reputação de Portugal no quadro europeu;
- ii) Assegurar a participação de Portugal na linha da frente da construção europeia e procurar que os princípios da coesão e da solidariedade entre Estados-membros sejam espelhados nas políticas comunitárias;
- iii) Definir a estratégia e iniciar as negociações do quadro comunitário de apoio 2014-2020;
- iv) Contribuir para a implementação da Estratégia Europa 2020 e o aprofundamento da integração nas áreas do mercado interno, com destaque para o mercado da energia;
- v) Promover um maior envolvimento de Portugal no combate ao crime transnacional;
- vi) Ter um papel mais interventivo na Política Marítima Europeia.
- vii) Apoiar as políticas europeias de boa vizinhança e gestão dos fluxos migratórios.

Por outro lado, o Governo irá promover a fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento num novo Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, que terá por missão potenciar o desenvolvimento da política da cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesa no estrangeiro.

Fundando-se a Comunidade de Países de Língua Portuguesa no património comum, particularmente na afinidade linguística e cultural, Portugal deve investir na consolidação e aprofundamento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, aprofundando as relações comerciais, de serviços e de investimentos tendentes à construção de um grande espaço económico.



Como língua global, o português tem potencialidades em cada um dos outros membros da CPLP, na respectiva região e nas organizações internacionais. Neste âmbito, o Governo irá executar as seguintes medidas:

- i) Reformar e projetar a divulgação da língua e cultura portuguesas como instrumento vital da política externa cultural e da afirmação de uma política da língua;
- ii) Acautelar um serviço eficiente no ensino e divulgação da língua portuguesa no mundo.
- iii) Dar prioridade às relações bilaterais e multilaterais no espaço lusófono, bem como nos países na sua vizinhança.

No que diz respeito à cooperação, a Comissão Interministerial para a Cooperação terá um papel relevante na coordenação da ação dos diversos ministérios no plano da ajuda ao desenvolvimento.

Cumpra ainda referir neste domínio, que o Governo irá executar as seguintes medidas:

- i) Melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento, reformando e projetando a ajuda ao desenvolvimento;
- ii) Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa, que deve incluir o desenvolvimento empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento;
- iii) Terminar os projetos do Fundo de Língua Portuguesa;

Portugal tem procurado manter uma relação privilegiada com os Estados Unidos da América, continuando a justificar-se a manutenção desta relação. Para reforçá-la, o Governo irá:

- Defender a dimensão histórica de Portugal como país euro-atlântico e a sua correlativa inserção nos sistemas colectivos de segurança desse espaço;
- Dinamizar a relação estratégica com os Estados Unidos;
- Assumir e manifestar aos nossos parceiros da NATO uma participação ativa na estrutura da Aliança Atlântica.

A política externa portuguesa deve alicerçar-se em relações multilaterais – objectivo que não prejudica a intensificação das relações bilaterais – com as potências regionais e os países emergentes. No quadro da vizinhança



regional, a bacia do Mediterrâneo, em geral, e o Magrebe, em particular, também devem ser destinatários privilegiados da ação externa de Portugal. É do interesse nacional Portugal afirmar-se como interlocutor privilegiado para uma nova política de vizinhança com a região mediterrânica.

Reconhece-se também que Portugal deve empenhar-se afincadamente nas organizações internacionais multilaterais, e por isso, daremos prioridade a:

- i) Cumprir o mandato de Portugal no Conselho de Segurança nas Nações Unidas;
- ii) Preparar a candidatura de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos 2014-17;
- iii) Valorizar o multilateralismo baseado na cultura, como plataforma para a internacionalização das empresas e comunidades portuguesas.
- iv) Assumir o nosso país como pivô de alianças privilegiadas com países e comunidades regionais com forte presença da língua portuguesa;
- v) Desenvolver uma política de recrutamento diplomático e apoio ativo a candidaturas a postos internacionais relevantes para o interesse nacional e o prestígio de Portugal no Mundo.

I.1.3 Valorizar as Comunidades Portuguesas

É necessário dar um novo impulso à ligação efetiva entre Portugal e os cidadãos residentes no estrangeiro, apostando simultaneamente no valor estratégico das comunidades portuguesas no estrangeiro. Neste âmbito, o Governo irá:

- i) Eleger o ensino do português como âncora da política da diáspora;
- ii) Desburocratizar os procedimentos administrativos e simplificar os atos consulares e melhorar a ligação direta, rápida e fácil aos serviços centrais do Estado;
- iii) Promover a constituição de uma rede de políticos de origem portuguesa no estrangeiro;
- iv) Reconhecer o papel do Conselho das Comunidades Portuguesas enquanto órgão consultivo do Governo para as políticas de emigração e comunidades portuguesas.



II.2 Reorganização do Ministério

No âmbito da implementação do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), o Ministério dos Negócios Estrangeiros irá proceder à reorganização dos seus serviços através da revisão das respetivas leis orgânicas o que se traduzirá na redução de pelo menos 21% dos cargos dirigentes.

Tendo em vista aproveitar as sinergias e potenciar a política da cooperação e da promoção da língua e cultura portuguesa irão ser integrados o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento num novo Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.

Tendo em vista a racionalização dos recursos afetos ao MNE permitindo uma maior coerência, coesão e capacidade de resposta da política externa portuguesa será prosseguida, em 2012, uma reforma da rede diplomática e consular.

Nesse âmbito, será promovida a coordenação integrada da AICEP, E.P.E. com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente através da unificação das redes externas, com o reforço do papel dos chefes das missões diplomática de quem passarão a depender funcionalmente as equipas externas da AICEP, E.P.E., do Turismo de Portugal, I.P. e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

II.3 Medidas de Redução de Despesa em 2012

No âmbito dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Programa de Assistência Económica e Financeira e na prossecução das medidas de política acima referidas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros irá fazer um esforço de redução da sua despesa através da implementação das seguintes medidas de redução de despesa pública:

- i) Reestruturação orgânica dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- ii) Reforma da rede diplomática e consular;
- iii) Redimensionamento do pessoal do quadro externo;



- iv) Fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento no novo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua;
- v) Redução de consumos intermédios
- vi) Redução da despesa em viagens.

III DESPESA CONSOLIDADA

O total das disponibilidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano de 2012, o que corresponde à despesa consolidada, ascende a 333,8 M€ e representa um decréscimo de 10,6% face à estimativa de despesa para 2011.

Quadro II.1 – Despesa total consolidada

	(10 ⁶ €)		Variação (%)	Estrutura 2012 (%)
	2011	2012		
	Estimativa	Orçamento Inicial		
Estado	358,4	314,8	-12,2	85,3
1. Funcionamento	354,2	306,4	-13,5	83,0
1.1. Com cobertura em receitas gerais	335,5	300,4	-10,5	81,4
Funcionamento em sentido estrito	280,5	235,4	-16,1	63,8
Quotizações para Organizações internacionais	55,0	65,0	18,2	17,6
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	18,7	6,0	-67,9	1,6
2. Investimentos do Plano	4,2	8,4	100,0	2,3
2.1. Financiamento nacional	3,7	6,2	67,7	1,7
2.2. Financiamento comunitário	0,5	2,2	340,0	0,6
Serviços e Fundos Autónomos	60,1	54,3	-9,7	14,7
Despesa Consolidada	373,3	333,8	-10,6	-
Transferências internas MNE	45,2	35,3	-21,9	

O decréscimo registado da despesa consolidada de 10,6% deve-se essencialmente à continuidade e reforço do esforço de contenção orçamental, com especial incidência da redução das despesas de funcionamento do Ministério e das despesas com cobertura em receitas consignadas.

Apesar deste esforço de contenção sublinha-se o reforço da dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais, que sofre um acréscimo de 10 M€ em 2012, para um total



de 65 M€, tendo em vista a regularização das dívidas de anos anteriores no montante de 63,6 M€.

De notar que o orçamento para 2012 contempla medidas de redução de despesa a implementar pelo MNE, nomeadamente as resultantes de:

- reestruturação orgânica do MNE,
- reforma da rede diplomática e consular,
- redimensionamento do pessoal do quadro externo,
- redução dos consumos intermédios,

bem como as medidas de redução de despesa incluídas no projeto de lei do Orçamento do Estado para 2012, designadamente:

- a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal aos trabalhadores com remuneração mensal superior a € 1.000, o que implica um corte na despesa do MNE na ordem dos 19,1 M€;
- a cativação de 12,5% das despesas afetas a investimento relativas a financiamento nacional, correspondente a 0,9 M€.

A estimativa de despesa para 2011, no montante de 373,3 M€ reflete:

- as cativações determinadas pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, no montante global de 13,1 M€, que incluem a constituição de uma reserva de 2,5% no orçamento de funcionamento;
- o impacto, em 2011, de medidas de contenção orçamental determinadas pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública (despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de abril de 2011 impedindo a assunção de novos compromissos no âmbito dos Investimentos do Plano a partir dessa data);
- o impacto da redução remuneratória determinada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, com efeitos na redução das despesas com remunerações e com abonos de representação e residência;
- as medidas de contenção orçamental implementadas pelo MNE em 2011 que incluem a redução do Movimento Diplomático, a redução da despesa com consumos intermédios e a redução do número de horas extraordinárias.



IV ORÇAMENTO GLOBAL

IV.1 Orçamento de Funcionamento

O montante total do orçamento de funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 306,4 M€, dos quais 300,4 M€ provêm do Orçamento do Estado e 6,0 M€ de dotações com compensação em receita.

Quadro III.1.1 – Orçamento de funcionamento

	2011	Estrutura	(10 ⁶ €)		Varição
	Estimativa	(%)	Orçamento Inicial	Estrutura (%)	2011/2012 (%)
Cap. 01 - Gabinetes dos Membros do Governo	4,2	1,3%	3,4	1,1%	-19,5%
Cap. 02 - Serviços Gerais Apoio, Estudos, Coord. e Representação	196,3	58,5%	170,1	56,6%	-13,4%
Cap. 03 - Cooperação e Relações Externas	134,9	40,2%	127,0	42,3%	-5,9%
Sub-total MNE sem DCR's	335,5	100,0%	300,4	100,0%	-10,5%
Despesas com Compensação em Receita (DCR's)	18,7		6,0		-67,9%
Total MNE	354,2		306,4		-13,5%

Como principais vertentes de intervenção salientam-se:

Na área da cooperação e da difusão da língua e cultura portuguesas que passarão a ser asseguradas pelo novo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (61,6 M€) destaca-se:

Cooperação:

- Financiamento de encargos decorrentes dos compromissos irrevogáveis e envolvimento do Estado português nos projectos de cooperação para o desenvolvimento nos PALOP's e Timor-Leste;
- Financiamento de actividades de suporte e de encargos com a ajuda ao desenvolvimento;
- Despesas relativas aos agentes da cooperação.

Língua e cultura portuguesas:

- Reforçar a cooperação com a CPLP nos diferentes domínios, em particular a promoção e difusão do português como língua global, nos termos do Plano de Ação de Brasília;
- Organizar em 2012 a "II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial";



- Reforçar a cooperação com países cuja planificação linguística integra ou prevê integrar o português como língua curricular;
- Desenvolver a oferta de cursos gerais e de cursos específicos com certificação internacional;
- Reforçar a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de formação e aprendizagem do português no estrangeiro;
- Desenvolver parcerias com escolas e associações para o ensino português no estrangeiro;
- Qualificar e certificar cursos de português como língua de herança;
- Concluir em 2012 os projetos do Fundo para a Língua Portuguesa;
- Reestruturar e qualificar a rede de Centros Culturais Portugueses no mundo como plataforma de intervenção regional, cuja atividade normal não será alterada face aos atuais constrangimentos orçamentais;
- Desenvolver uma ação cultural externa concertada, com organismos nacionais e internacionais, com vista à participação crescente de criadores portugueses em plataformas internacionais, em linha com as políticas culturais da UE;
- Presidir em 2012 à rede de institutos de cultura dos Estados-membros da UE (EUNIC - *European Union National Institutes for Culture*) contribuindo para a visibilidade de Portugal na UE e no mundo;
- Promover a edição de autores de Língua Portuguesa no estrangeiro.

Na área das comunidades portuguesas são de salientar as iniciativas que apontem para uma crescente aproximação entre todos os portugueses, independentemente do local em que vivam, através da implementação de programas e projetos que visam:

- Aumentar a participação cívica e política das Comunidades Portuguesas na vida política nacional e nos países de acolhimento, através de incentivos especiais, apostando-se em ações de promoção e valorização dos cidadãos e das instituições mais interventivos e dinamizadores de cada área geográfica, com especial atenção à participação das mulheres;
- A mobilização dos jovens luso-descendentes, essencial como garante do futuro da nossa relação com a Diáspora, será dinamizada através da implementação de programas que permitam o estabelecimento de uma relação mais profunda com a cultura e língua portuguesa, bem como com a realidade do Portugal moderno;



- Apoiar o desenvolvimento e o reforço do movimento associativo, parceiro privilegiado no prosseguimento das políticas dirigidas aos portugueses no estrangeiro;
- Apoiar os portugueses que se encontrem em situações economicamente mais difíceis e socialmente fragilizados, através do desenvolvimento de uma rede que acompanhe as situações mais delicadas, envolvendo as instituições oficiais portuguesas e o movimento associativo local;
- Valorizar os órgãos de comunicação social das nossas Comunidades, desenvolvendo-se ações de incentivo ao estabelecimento de programas de intercâmbio e de formação dirigidos aos seus profissionais;
- Assegurar que a rede consular seja um instrumento ativo de desenvolvimento da nossa política externa, conjugando a sua função institucional de representação do Estado com ações integradas de diplomacia económica e cultural, numa estreita ligação às comunidades portuguesas;
- No âmbito da reformulação da rede consular serão adotados modelos organizacionais que envolvam o movimento associativo, a iniciativa privada e os organismos públicos de representação externa, bem como dos cônsules honorários;
- A rede consular prosseguirá o processo de modernização, de forma a concentrar e coordenar efetivamente as diferentes vertentes da acção externa, desenvolvendo-se tecnologias dirigidas ao tratamento de atos consulares, numa lógica de uma maior aproximação aos utentes. Neste contexto promover-se-á o lançamento de um novo projeto de criação de Gabinetes de apoio às Comunidades Portuguesas em instituições de natureza associativa nas áreas da ação consular, do apoio social e da ação cultural;
- Garantir a prestação de apoio consular aos cidadãos portugueses e assegurar uma intervenção rápida, operacional e eficaz em situações de crise ou de emergência, através do "Gabinete de Emergência Consular";
- Considerando as obrigações decorrentes da entrada em vigor do Código de Vistos da União Europeia, promover-se-á o reforço do processo de informatização dos postos consulares em matéria de vistos, através da informatização dos postos consulares ainda não informatizados, da introdução progressiva da biometria nos postos consulares e da automatização dos procedimentos em matéria de vistos nacionais com recurso às novas tecnologias da informação e comunicação;
- Reforçar a participação das comunidades portuguesas e dos seus empresários no crescimento e desenvolvimento da economia



portuguesa, incentivando-se estratégias de organização empresarial no seio das Comunidades, numa óptica de aproximação ao tecido empresarial e comercial nacional, com especial relevância para o papel das câmaras de indústria e de comércio;

- Assegurar que o Conselho das Comunidades Portuguesas seja um parceiro privilegiado na prossecução das políticas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro;
- Garantir a organização, melhorar a operacionalidade e assegurar o financiamento dos atos eleitorais no estrangeiro.

IV.2PIDDAC

O montante total do orçamento PIDDAC do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 8,4 M€, dos quais 6,2 M€ correspondem a financiamento nacional e 2,2 M€ a financiamento comunitário.

Quadro III.2.1 – Orçamento PIDDAC

	Estimativa 2011	Orçamento de 2012	Varição 2011/2012 M€
Secretaria-Geral	3,7	5,1	1,5
Financiamento nacional	3,5	4,6	1,1
Financiamento comunitário	0,2	0,5	0,3
DGACCP	0,3	3,3	2,9
Financiamento nacional	0,0	1,6	1,6
Financiamento comunitário	0,3	1,7	1,3
Instituto Camões	0,0		(0,0)
Financiamento nacional	0,0		(0,0)
Instituto Português Apoio Desenvolvimento	0,2		(0,2)
Financiamento nacional	0,2		(0,2)
Total MNE	4,2	8,4	4,2
Financiamento nacional	3,7	6,2	2,5
Financiamento comunitário	0,5	2,2	1,7

A estimativa de 2011 (4,2 M€) traduz o impacto de medidas de contenção orçamental determinadas pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública (despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de abril de 2011 impedindo a assunção de novos compromissos no âmbito dos



Investimentos do Plano a partir dessa data), determinando uma redução em PIDDAC em 2011, no montante de 6,1 M€.

Os projetos de investimento do novo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua serão financiados através da transferência de verbas do Fundo para as Relações Internacionais.

Em 2012, o financiamento comunitário aumenta em 1,7 M€ decorrente dos novos projetos da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Em 2012, as dotações atribuídas à Secretaria-Geral e DGACCP refletem as seguintes prioridades de financiamento:

1. Secretaria-Geral (SG)

As prioridades de investimento situam-se em três grandes níveis:

- *Investimentos em sistemas e tecnologias de informação e comunicação* – financiamento dos principais projetos em curso, incluindo a execução do projeto “Segurança da Rede do MNE” com financiamento comunitário aprovado, as ações de manutenção e modernização da infraestrutura informática e a modernização dos sistemas de informação da SG, envolvendo o desenvolvimento de novos sistemas aplicativos estruturantes em linha com as necessidades de simplificação administrativa e necessidades crescentes de prestação de informação integrada e de qualidade em diferentes áreas de intervenção do MNE (sistemas aplicativos de apoio à gestão e decisão, desmaterialização de processos e procedimentos e implementação de solução de gestão documental única para todos os serviços do Ministério).
- *Investimentos no âmbito da ação externa do estado (rede diplomática e consular)*: foram orçamentados os projetos em curso envolvendo encargos fixos no âmbito de contratos de locação financeira e empréstimo bancário – aquisição dos edifícios da Chancelaria da Embaixada em Washington e do Consulado-Geral em Paris.
- *Investimentos internos no âmbito da remodelação e conservação das instalações*: a dotação orçamental afeta a este grupo de investimentos permite a continuação do projeto destinado a trabalhos diversos de requalificação e adaptação das instalações do MNE a cargo da SG bem como as intervenções necessárias à melhoria da eficiência energética dos edifícios onde funcionam os serviços do MNE.



2. Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP)

O orçamento de investimento deste serviço, com um peso de cerca de 51% em financiamento comunitário, prevê a continuação das ações previstas no projeto "Modernização da Rede Consular nas áreas do registo e Identificação Civil" e a inscrição de novos projetos - "Automatização de procedimentos de tratamento de pedidos de visto", "Informatização de postos consulares em vistos", "Implementação do sistema de recolha e transmissão de dados biométricos" e "Implementação do sistema Voz sobre IP na DGACCP - 1ª Fase".

V DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza das despesas, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro IV.1 – Despesa por classificação económica

Unid.: 10⁶ Euro

	Orçamento Inicial 2012			Estrutura	Estrutura
	Estado	SFA	Total Consolidado	2012	2011
Encargos com pessoal	139,8	27,1	166,9	50,0%	54,1%
Aquisição de Bens e Serviços	33,1	7,9	41,0	12,3%	12,0%
Outras Despesas	141,9	19,3	125,9	37,7%	34,0%
Transferências correntes, das quais	112,3	8,8	87,9	26,3%	26,0%
intra-instituições do MNE	32,1	1,1	33,2		
para as restantes Adm. Públicas (AP's)	0,6		0,6		
Despesas correntes	21,7	3,7	25,4	7,6%	5,7%
Aquisição de bens de capital	6,7	4,6	11,3	3,4%	2,0%
Transferências de Capital, das quais	0,8	2,1	0,8	0,2%	0,1%
intra-instituições do MNE		2,1	2,1		
para as restantes Adm. Públicas					
Outras	0,4	0,1	0,5	0,1%	0,1%
Total	314,8	54,3			
Transferências internas MNE	32,1	3,2	35,3		
Transferências para restantes AP's	0,6	0,0	0,6		
Total excluindo transferências para as AP's	282,7	51,1	333,8	100,0%	100,0%

As despesas com pessoal mantêm-se como o agrupamento com maior peso no orçamento do MNE, reduzindo o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 54,1% em 2011 para 50% em 2012.



As outras despesas aumentam o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 34% em 2011 para 37,7% em 2012, decorrente do reforço da dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais (65 M€).

V.1 Despesas Intermédias

A despesa orçamentada em 2012 em aquisição de bens e serviços traduz o impacto das medidas de redução de despesa, nomeadamente no que respeita aos consumos intermédios.

A redução da despesa com consumos intermédios, no montante aproximado de 3 M€, será obtida fundamentalmente nas seguintes áreas de despesa:

- Viagens – 1 M€;
- Renegociação de contratos de manutenção e assistência técnica – 0,6 M€;
- Custos com o transporte de bens (incluindo a mala diplomática) – 0,7 M€;
- Encargos com comunicações – 0,3 M€.
- Renegociação de contratos de segurança e vigilância – 0,2 M€;
- Renegociação de contratos de limpeza e higiene – 0,1 M€;
- Encargos com material de escritório – 0,1 M€.

No âmbito da reestruturação da rede diplomática e consular, para além da redução dos encargos com pessoal, estima-se uma poupança nas seguintes áreas de despesa:

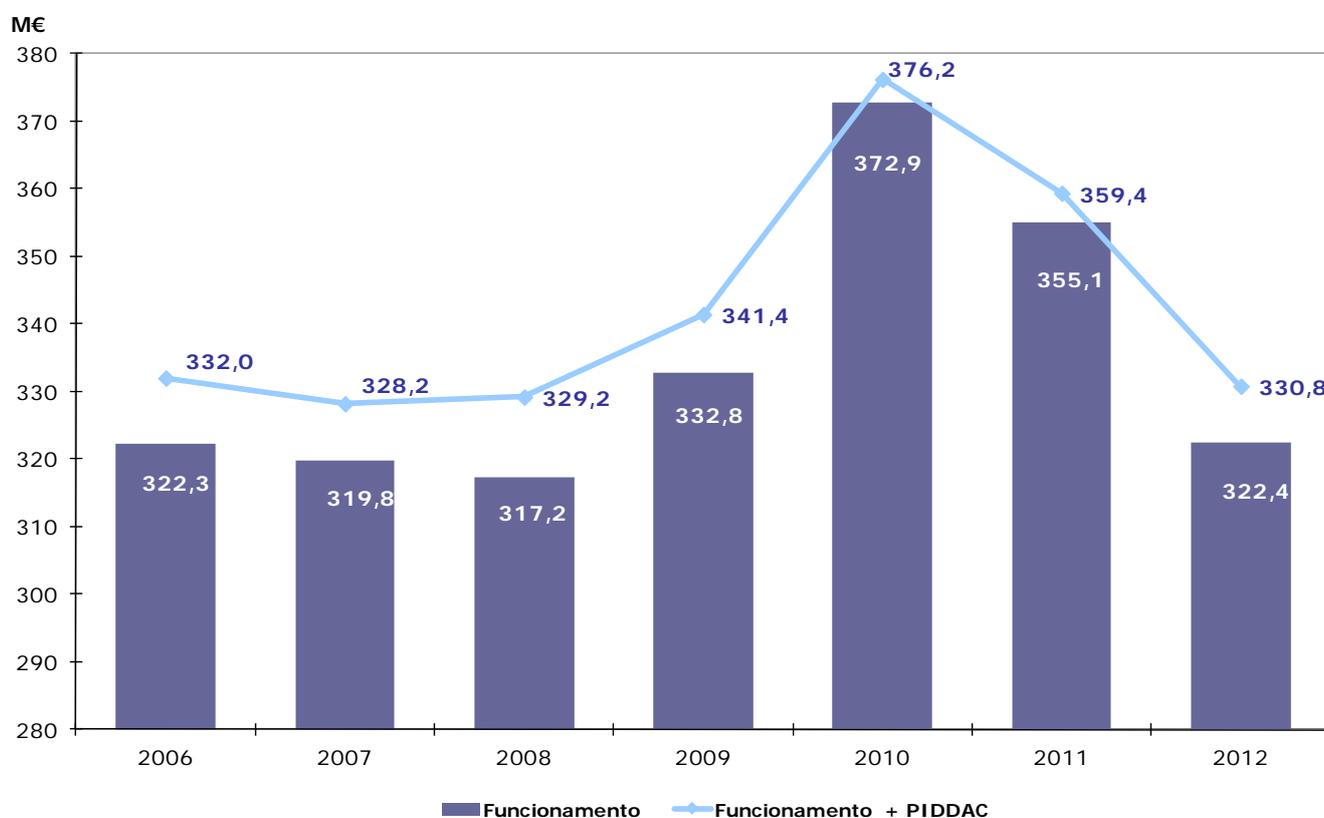
- Instalações dos serviços - 3,1 M€;
- Orçamento de funcionamento dos serviços externos – 1 M€.



VI EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (não incluindo despesas com compensação em receita) no período de 2006 a 2012.

Gráfico V.1 – Evolução Orçamento do MNE (c/ FRI e s/ Presidência UE e s/Cimeira da NATO)



O crescimento registado entre 2009 e 2010 deve-se ao facto de a partir de 2010 as atribuições relativas à rede de ensino português no estrangeiro terem sido transferidas do Ministério da Educação para o Instituto Camões, com o conseqüente reflexo no orçamento deste Instituto



VII REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes. O número actual de serviços na rede externa é de 140, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

Quadro VI.1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático



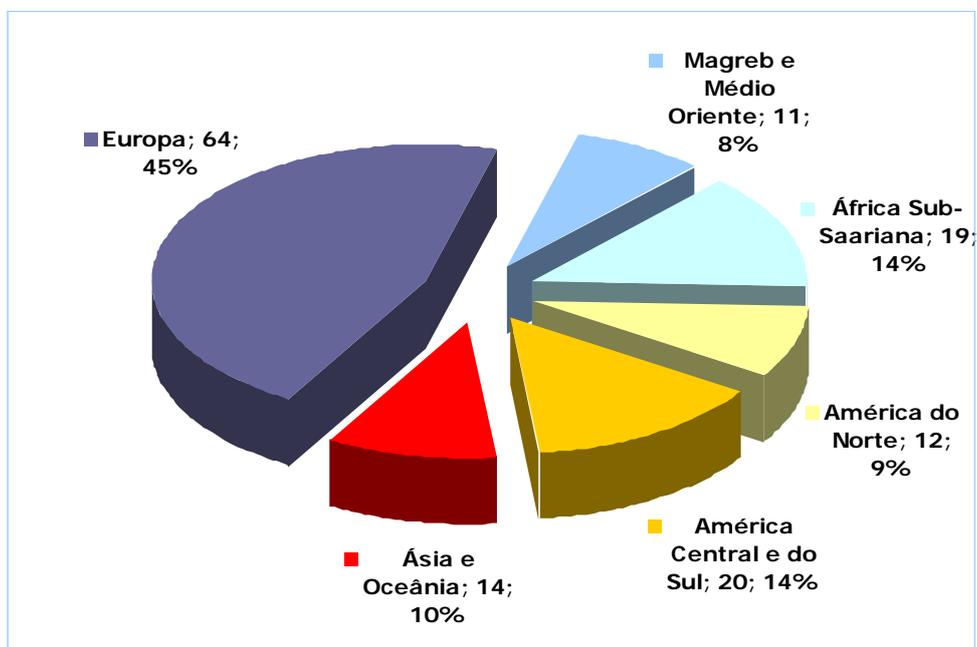
Em 2011 há a registar a criação da Embaixada em Windhoek com a conseqüente extinção do Escritório Consular.

Salienta-se ainda a criação da Embaixada de Portugal em Doha (Qatar).

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram concentrados no continente europeu e americano.



Gráfico VI.1 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro VI.2 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia
Embaixadas	35	11	13	2	9	10
Consulados gerais	15	-	6	7	5	4
Consulados	-	-	-	1	1	-
Vice Consulados	6	-	-	1	5	-
Missões e Representações Permanentes	8	-	-	1	-	-
Total	64	11	19	12	20	14



VIII RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de agosto de 2011, são constituídos por um total de 3.923 efectivos, o que representa um decréscimo de 5,6% em relação ao valor homólogo de 2010.

Quadro VII.1 – Variação de efetivos 2010/2011 e distribuição por agrupamento profissional

Unid: Efectivos

	2010	2011	Varição 2010/2011
Diplomatas	474	460	-14
Pessoal Especializado	105	100	-5
Pessoal Técnico	458	412	-46
Assistente Técnico	421	396	-25
Assistente Operacional	94	104	10
Pessoal Local (Serviços Externos)	1.733	1.607	-126
Leitores e Docentes	81	72	-9
Pessoal Centros Culturais	69	67	-2
Agentes Cooperação	175	191	16
Professores e Coordenadores	531	514	-17
Total	4.141	3.923	-218

Do quadro acima verifica-se que:

- todos os agrupamentos profissionais contribuíram para a diminuição do número total de efetivos do Ministério, com a exceção da categoria Assistente Operacional e dos Agentes da Cooperação do IPAD.
- o apuramento das variações negativas de efetivos está relacionado com a saída de trabalhadores para a situação de aposentação, conjuntura que afetou transversalmente os organismos do Ministério.



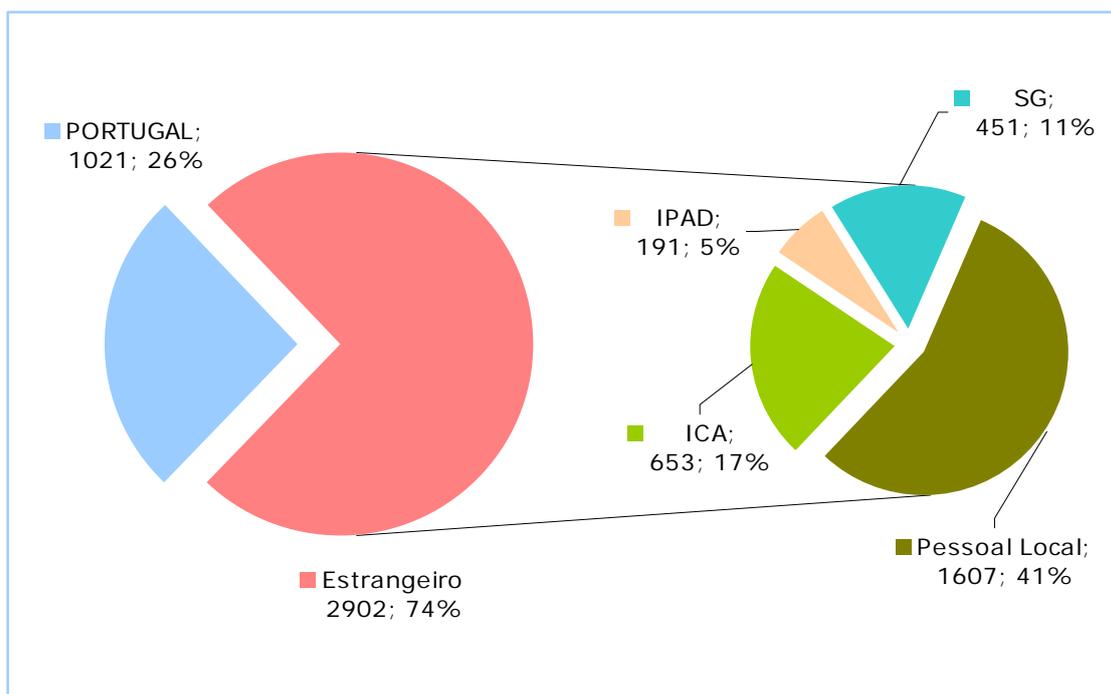
Quadro VII.2 – Variação de efetivos 2010/2011 e distribuição por organismos do Ministério

Unid: Efectivos

	2010	2011	Varição 2010 / 2011
GABINETES	50	37	-13
CNUNESCO	12	12	0
DGAE	137	131	-6
IPAD	333	316	-17
ICA	749	713	-36
SG	854	864	10
DGPE	97	83	-14
IGDC	16	15	-1
DGATE	41	38	-3
DGACCP	119	107	-12
SERV. EXTERNOS (Pessoal Local)	1.733	1.607	-126
Total	4.141	3.923	-218

A localização dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro mostra que 74% dos efetivos se encontram em funções nos postos diplomáticos.

Gráfico VII.1 – Localização de efetivos em 2011 e distribuição no estrangeiro por organismo



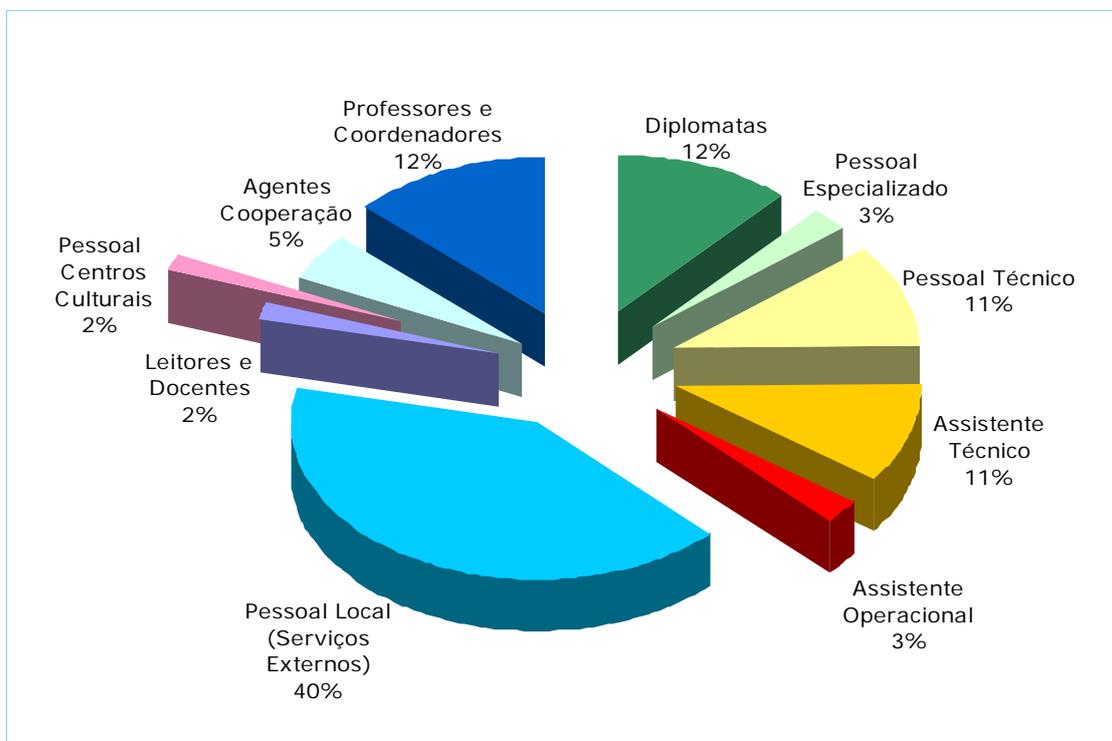


Quadro VII.3 – Localização de efetivos em 2011 e distribuição por agrupamento profissional

Unid: Efectivos

	2011		Total
	Portugal	Estrangeiro	
Diplomatas	198	262	460
Pessoal Especializado		100	100
Pessoal Técnico	392	20	412
Assistente Técnico	327	69	396
Assistente Operacional	104		104
Pessoal Local (Serviços Externos)		1.607	1.607
Leitores e Docentes		72	72
Pessoal Centros Culturais		191	191
Agentes Cooperação		67	67
Professores e Coordenadores		514	514
Total	1.021	2.902	3.923

Gráfico VII.2 – Efectivos em 2011 – peso relativo por agrupamento profissional





Em 2011 registou-se uma diminuição de 218 efetivos, retomando-se desta forma a tendência de redução dos últimos anos que, relembra-se, foi descontinuada em 2010 pela inclusão dos professores e coordenadores do ensino de Português no Estrangeiro nos efetivos do Instituto Camões e pela integração e regularização de situações relativas ao pessoal local.

Para esta redução contribuiu fundamentalmente a saída de efetivos para a situação de aposentação.

Gráfico VII.3 – Efetivos de 2005 a 2011 – Evolução por agrupamento profissional

